

12. Procesos Cooperativos y Asociativos

Economía étnica e o direito de existir: análise da autonomia indígena na construção do projeto etnodesenvolvimento para comunidades indígenas do Ceará e seu legado.

Martins, Victória Satiro de Sousa; Sanchez, Fábio José Bechara (orientador); Carvalho, Joelson Gonçalves de (orientador);

ufscar.satiro@gmail.com; sanchez.fabio@uol.com.br; joelsonjoe@yahoo.com.br

Universidade Federal de São Carlos

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o grau de autonomia dos povos indígenas na construção do projeto “Etnodesenvolvimento para comunidades indígenas do Ceará” e seus legados. O programa foi realizado de 2013 a 2016, patrocinado pela Petrobrás Social, construído e executado pela ADELCO (Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido) e indígenas das etnias Jenipapo-Kanindé, Kanindé de Aratuba, Tapeba, Pitaguary, Tremembé e Anacé. O etnodesenvolvimento é a ideia que se contrapõe a modernização capitalista em territórios tradicionais, levando em consideração seus aspectos étnicos para construir uma economia justa e solidária. A teoria foi desenvolvida após três principais eventos, segundo o antropólogo Ricardo Verdum, ocorridos na América Latina, os simpósios “Fricção interétnica na América Latina” em Barbados, “ Movimentos de Liberação Indígena na América Latina” e a Reunião de Especialistas em Etnodesenvolvimento e Etnocídio, na Costa Rica, que pautaram o etnodesenvolvimento. A pesquisa está amparada pelo conceito de Etnodesenvolvimento de Stavenhagem e Guilherme Batalla, entrevistas com os (as) indígenas, relatórios anuais entregues para Petrobrás e uma cartilha sobre as vivências do Projeto construída pela ADELCO. Tendo em vista, que a história dos povos indígenas do nordeste, é marcada por violências inclusive estatais minha hipótese é que o projeto fortaleceu a luta política pelo direito à vida e terra dos povos originários, sendo um marcador contra o etnocídio local do Ceará.

Palavras-chave: Etnodesenvolvimento, Autonomia, Economia Solidária, Identidade; Política.



Introdução

Dissertar sobre o Nordeste Indígena é de extrema importância e visibilidade para os povos originários nordestinos, que desde 1500 sofrem com os ataques dos não indígenas, sobretudo por ter sido local de primeiro contato da colonização portuguesa. Desde 1870 as invasões a territórios étnicos nordestinos são legitimados e sistematizados pelo Estado, segundo, Silva (2003), com a migração destes para outros territórios em busca de empregos, criou-se o mito que não existem mais indígenas no nordeste e projetos de etnodesenvolvimento para o fortalecimento e reconhecimento da resistência e existência desses sujeitos étnicos, são reparadores históricos que possibilitam subsídios e reinventam novas formas de sobrevivência dentro do sistema etnocida capitalista, além de fortalecer a luta por terra, justiça e demarcação, pois a falta de demarcação no nordeste, políticas públicas e economia, que inclua esses sujeitos, ainda faz com que muitos indígenas tenham que sair de seus territórios.

Objetivos

O objetivo do artigo é o de analisar a autonomia dos povos indígenas na construção do projeto “Etnodesenvolvimento para comunidades indígenas do Ceará” e seus legados, através de entrevistas e relatos dos

membros das etnias envolvidas e ser uma ferramenta para o registro e impressões dos indígenas sobre o projeto.

Materiais e Métodos

Os materiais utilizados para a construção desse trabalho são entrevistas com os (as) indígenas organizadas em uma produção audiovisual realizada pela ADELCO, relatórios anuais entregues para Petrobrás e uma cartilha sobre as vivências do Projeto construída pela ADELCO. Como método de pesquisa foi utilizado relatos livres dos (as) participantes do, para dessa forma garantir a autonomia e liberdade dos mesmos em descrever suas experiências e impressões sobre o que resultou o projeto e seus impactos na aldeia.

Os participantes que escreveram relatos para a pesquisa foram: Raquel Alves (etnia Jenipapo Kanindé), Jozuelo Souza (Kanindé) e Nilton Kanindé (Kanindé de Aratuba). Das entrevistas coletadas pela ADELCO sistematizadas na produção audiovisual são: Vera Eunice (Jenipapo-Kanindé) e Nonata (Tapeba).

Resultados e Discussão

O etnodesenvolvimento é a ideia que contrapõe a construção sobre desenvolvimento e progresso cravadas por um imaginário racista, colonizador e capitalista, o mesmo pretende pensar formas de resistência e permanência territorial através da autonomia econômica



e produtiva das comunidades tradicionais, além de garantir a construção de políticas que não sejam etnocidas, pois devem ser construídas com os povos tradicionais beneficiados pelo projeto. Isso garante a permanência dos povos étnicos em seus territórios e emancipação política, após a divisão territorial imposta pela colonização houve uma fragmentação dos sujeitos étnicos que acarretou um enfraquecimento da força jurídica e administrativa dos povos tradicionais, sob seus territórios.

Para Batalla (1982), o processo de etnodesenvolvimento, garante que esses povos permaneçam na terra que é fruto de lutas e batalhas históricas de seus ancestrais, assegurados economicamente por um projeto que tenha como parâmetro a autogestão das comunidades para que isso resulte em reconhecimento político.

O conceito de etnodesenvolvimento foi desenvolvido após três grandes eventos Latino Americano, que tinham como intuito denunciar o genocídio e a situação precária dos povos Indígenas da América Latina. O primeiro evento foi o Simpósio sobre "*Fricção Interétnica na América Latina*" que ocorreu em Barbado em 1971, que resultou em um relatório que denunciava as violências cometidas contra os povos originários. O segundo evento foi o "*Simpósio Movimentos de Liberação Indígena na América Latina*" também realizado em Barbados com a presença de organizações indígenas de vários países,

foi produzido o documento Declaração de Barbados II, que deu continuidade às denúncias feitas no primeiro evento. O terceiro foi realizado em São José da Costa Rica, em 1981, e foi uma reunião com a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) onde o intuito foi discutir sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, (Verdum, 2006, pp. 71-94).

Segundo Verdum (2006), a terceira reunião foi decisiva para o desenvolvimento de teorias sobre etnodesenvolvimento, e sobretudo, o início da luta pelo direito de uma alternativa contra o desenvolvimento capitalista e o início do debate em torno de um desenvolvimento que não seja etnocida.

Para Stavenhagen (1984), pensar em etnodesenvolvimento é sobretudo repensar o conceito de desenvolvimento que para sociedade capitalista, este ligado ao lucro, ao PIB e, assim, contrapor o ideal do estado-nação, que através do progresso da economia busca visualizar o seu progresso enquanto país. Para o autor, os povos indígenas enfrentam o desafio de se manterem nos Estados onde as políticas são etnocidas e voltadas para construção nacional e desenvolvimento econômico, baseadas no lucro, que não levam em consideração o bem-estar da população de baixa renda e todos os processos de colonização e políticas etnocidas que ocorrem desde 1500 na América Latina.

A influência norte-americana na cultura dos países de terceiro mundo, são evidentes, e o autor afirma que é difícil definir um tipo de cultura Latino-Americano e étnica, pois essas são formadas por vasta diversidade e tentar explicá-la seria reduzi-las e oprimi-las ainda mais. A alternativa para um Estado Nação, seria o Estado multicultural, que respeita e preza pela resistência, existência e peculiaridade de cada comunidade étnica. O autor ressalta que etnodesenvolvimento não deve ser confundido, enquanto um *processo segregatório*, pois o objetivo do mesmo, é fortalecer e valorizar as produções étnicas, para dessa forma introduzir e garantir o direito econômico aos povos originários, (Stavenhagen, 1984, p. 41).

A invisibilização estatal, o não-reconhecimento de seus sujeitos étnicos, de forma regulamentada pelo Estado-Nação, instituído como no Brasil e alocados em subdivisões desonestas, os indígenas lutam por reconhecimento de terra, justiça e demarcação. A ideia de um estado-nação marginaliza os povos tradicionais, pois busca de uma forma violenta homogeneizar e descaracterizar a diversidade, excluindo assim seus sujeitos do mercado de trabalho, da educação e de direitos básicos para manutenção da vida e cosmologia dentro dos espaços políticos e sociais, sendo assim, é comum quando passeamos por grandes polos

econômicos, como as capitais, grandes avenidas e etc., encontrarmos indígenas (brasileiros e de outros países, sobretudo da América Latina) comercializando seus produtos nas ruas com uma precificação “barata” comparada com os mesmos produtos sendo vendidos por não-indígenas em grandes feiras, shoppings, estabelecimentos ligados ao sistema econômico capitalista. Segundo Jessé de Sousa (2006), as sociedades modernas são constituídas por duas vias; vínculos inconscientes institucionais/sociais e vínculos conscientes. Um exemplo de vínculo consciente, é a formação de uma identidade nacional.

Vale ressaltar que essas práticas veem desde a colônia com a efetivação do Projeto Português para o Brasil, segundo os autores Neto e Maciel (2008), este processo era constituído por um projeto político para atender os interesses dos invasores (Portugueses) de extrair as matérias primas.

Com a construção dos quintais produtivos, sistematizados nos territórios dos Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé e Tapeba, segundo a Cartilha final do projeto realizada pela ADELCO, os quintais são feitos de acordo com a ciência milenar dos indígenas juntamente a técnicas de agroecologia, onde são plantados desde plantas da medicina tradicional, plantações frutíferas e criação de galinhas. O objetivo dos quintais



produtivos são garantir a soberania alimentar da comunidade, porém, com o sucesso do projeto, algumas famílias conseguiram além de alimentar a comunidade vender em feiras de economia solidária local, e dessa forma gerar renda para família através das técnicas ancestrais de plantação indígena. Foram identificadas pela cartilha, Vivências do projeto de Etnodesenvolvimento. Fortaleza, cinco atividades produtivas nos quintais como: a criação de aves (avicultura), de ovelhas (ovinocaprinocultura), porcos (suinocultura), a produção de frutas (fruticultura) e hortaliças (horticultura).

O projeto também ofertou cursos de sensibilização de agricultura familiar, agroecologia, Economia Solidária, Sustentabilidade, Comercialização e Gestão Solidária, todos as oficinas foram desenvolvidas de acordo com os conhecimentos étnicos e necessidades locais. Hortas circulares, conhecidas como Mandalas, foram produzidas pelas etnias Tapeba e Jenipapo Kanindé, totalizando três mandalas que beneficiaram 24 famílias. Com o objetivo de realizar intercâmbios culturais, a ADELCO realizou um Seminário de Trocas de Saberes, na aldeia Pitaguary, com as etnias Tapeba, Pitaguary, Kanindé de Aratuba e Anacaé.

Autonomia dos povos étnicos e legados do projeto para os povos indígena: uma narração do sujeito sobre o sujeito

De acordo com a proposta do trabalho que é considerar sobretudo o conhecimento epistemológico das comunidades originárias, seria genérico definir o que significa autonomia para os povos étnicos, pois só no projeto analisado trabalhamos com seis povos e no Brasil existem 305 etnias, também seria um etnocídio utilizar literaturas de pensadores não indígenas para falar sobre autonomia, portanto a alternativa encontrada, foi coletar relatos dos indígenas que construíram o projeto de Etnodesenvolvimento no Ceará Indígena, e a partir desses identificar o grau de autonomia das comunidade étnicas. O primeiro relato utilizado é do Jozueldo de Souza, da etnia Kanindé; “Tendo em vista o alto potencial turístico identificado na aldeia, este projeto foi de fundamental importância, tanto para o desenvolvimento econômico da população como para a conscientização do próprio grupo étnico dos Kanindé sobre recursos naturais encontrados nas aldeias indígenas, sendo na maioria das vezes ignorados ou mal aproveitados pelos próprios indígenas. Desta forma a iniciativa aqui aplicada vem com esta finalidade, a fim de desenvolver a economia e autonomia de meu povo, principalmente em relação a lugares sagrados e importantes das aldeias. Desta



forma, toda iniciativa da ADELCO foi realizada pela mediação das lideranças, uma vez que essas pessoas são as grandes conhecedoras da terra em que nasceram e se criaram, sendo assim através do conhecimento de nossos troncos velhos o fundamental meio de reconhecimento territorial. O projeto valorizou a sabedoria tradicional indígena e a autonomia dada para a utilização da mesma são de fundamental importância para a boa aplicação de qualquer iniciativa vinda através de entidades indigenistas como a aqui citada. Sendo esta, a principal bandeira entre indígenas e indigenistas, que neste caso do projeto aqui desenvolvido foi amplamente respeitada a autonomia e a autoridade de nossas lideranças tradicionais” (informação verbal).¹

Para a Raquel Alves, da etnia Jenipapo-Kanindé que trabalhou como monitora no projeto, “O projeto em si tinha como objetivo conceder uma autonomia para as famílias a qual estivessem já contempladas com os benefícios que o mesmo proporcionou, como as mandalas e quintais produtivos. Algumas famílias que foram contempladas com os benefícios do projeto já trabalhavam com agricultura, principalmente as que participaram ativamente dos quintais, que ampliaram

seus o modo de produção e proporcionou renda. No caso, por exemplo, foram 16 famílias contempladas com quintais produtivos e uma mandala, mas o que foi maravilhoso para a comunidade é que além desses benefícios houve uma aproximação de muitos indígenas com alguns conhecimentos técnicos que não desvalorizaram o saber tradicional e sim serviram como apoio para que os mesmos aumentassem suas produções. Os indígenas que participaram do projeto, já possuíam sua autonomia, e quando encerrou o período do projeto, os mesmos continuam com suas atividades. Alguns infelizmente não conseguiram manter seus quintais, outros continuaram as atividades e outros estão participando de outros projetos. De certa forma o projeto possibilitou uma motivação para as famílias em participar de outros projetos, e olha que muitas das famílias que participaram, não tinham essa aproximação com projetos sociais, chegou até ser primeiro projeto, e foi algo que os animaram muito, devido os frutos que o mesmo deixou”, (informação verbal)².

Para, Nilton Kanindé de Aratuba: “A principal atividade desenvolvida pelo projeto de etnodesenvolvimento na minha aldeia, foram os quintais produtivos que valorizaram os alimentos tradicionais e

¹ Relato de Jozuelo de Souza, da etnia Kanindé, concedido para o artigo, em 02 ago. 2018.

² Relato da Raquel Alves, da etnia Jenipapo-Kanindé, concedida para o artigo, em 04 ago. 2018.

deram uma motivação para os parentes e virou referência para o Ceará. Os Kanindés junto com o apoio da ADELCO reativaram uma feira aqui do município que estava inativa, com os produtos produzidos na aldeia, levamos os produtos do quintal produtivo como ovos, fubá, colorau, banana, jerimum tudo da nossa agricultura tradicional. O projeto de Trilha Ecológica na Aldeia, alimento o turismo comunitário e mapeou toda nossa aldeia, e isso nos possibilita uma outra renda para comunidade. Recentemente a FUNAI esteve presente em nosso território para poder estudar e expandir o projeto para outras comunidades, a autonomia da comunidade se deu, pois, o gerenciamento da formação de todos os projetos foi todo discutido e elaborado pelos Kanindés, e reflexo disso é que hoje nós temos uma extensão do projeto, com o sucesso da criação de galinhas poedeiras (que produzem ovos) e galinhas caipira. O projeto impactou o município e a economia do Ceará, e os Kanindés viraram referência. O importante desses projetos é a escuta que é feita, a ADELCO vem até a aldeia, portanto é uma parceira que está ao lado dos povos indígenas do Ceará”, (informação verbal)³.

³ Relato do Nilton Kanindé, da etnia Kanindé de Aratuba, concedida para o artigo, em 03 ago. 2018.

⁴ Relato de Nonata Tapeba, para a produção audiovisual Projeto Etnodesenvolvimento no

Das entrevistas contidas na produção audiovisual pela ADELCO, algumas me chamaram atenção, como a fala da Nonata Tapeba “(...) *a gente precisa levar nosso trabalho pra fora porque aqui dentro não tem quem acredite em trabalho de mulher, é uma discriminação tão grande que não abrem as portas de emprego pra gente (...) então esse projeto é uma forma de expressão pra nós mesmos que somos capaz*” (informação verbal). Para Vera Eunice, Jenipapo-Kanindé, o projeto possibilitou com que ela pudesse dar continuidade às práticas a suas medicinas que estavam sendo perdidas por falta das ervas, o que foi resgatado com as plantações dos Quintais Produtivos, (informação verbal)⁴.

Para Vera Eunice, Jenipapo-Kanindé, o projeto possibilitou com que ela pudesse dar continuidade às práticas a suas medicinas que estavam sendo perdidas por falta das ervas, o que foi resgatado com as plantações dos Quintais Produtivos (informação verbal)⁵.

Ceará Indígena, realizado pela ADELCO, em 20 mar. 2017.

⁵ Relato de Eunice, Jenipapo-Kanindé, para a produção audiovisual “Projeto Etnodesenvolvimento no Ceará Indígena”, realizado pela ADELCO, em 20 mar. 2017.

O racismo institucional do Estado colonizador negação identitária dos indígenas do Ceará

Desde 1500, com a invasão da terra dos povos originários do Nordeste até 1878, junto a declaração do Ministro do Império ao Presidente da Província, que declarou a inexistência de indígenas no Ceará, as etnias do estado enfrentam a negação de sua identidade étnica, e isso ocorre pelo propósito de não conceder os direitos às terras e realizar as demarcações dos territórios indígenas.

Dito isto, faz-se necessário uma digressão histórica da construção da identidade e diversidade dos sujeitos étnicos, sobretudo enquanto pessoas de direito e subjetividade. O primeiro levantamento demográfico realizado no Brasil em 1872, quando o país ainda tinha a escravidão como forma estruturante do modo de produção, existiam quatro formas de categorização; branco, preto, pardo e caboclo. Segundo Caldas (2014), só os homens livres podiam escolher sua classificação e os recenseados assinalavam pelas pessoas que escravizavam. Essa categorização tem uma falha inegável, pois era baseada em cor (desconfigurando a realidade étnica dos povos nativos do Brasil) e valiam-se, de suposições hipotéticas sobre o outro.

As pessoas das etnias nativas do território dito “brasileiro”, sobretudo do nordeste, não eram lidas enquanto

pessoas, sua grande maioria foi considerada enquanto animal, pois se em 1872 só houve a identificação de 3,9% da população nativa classificada enquanto cabocla (essa nomenclatura já apresenta o etnocídio de pelo menos mais de 1.000 etnias) e 38,3% da população classificada enquanto parda (lê-se pardo enquanto categoria que os senhores de escravos alocavam os/as indígenas para ter mais prestígio com o número de seus escravizados e pessoas negras). Em 1890, foi realizada outro senso após a abolição, com duas novas categorias Mestiço e Mulato, pois o projeto de embranquecimento da população foi se fortificando cada vez mais sobretudo amparado pelo racismo científico, (Senkevics, 2015).

Em 1940, os censos passaram a ser realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em sua configuração inicial tinha as classificações de Branca, Preta, Parda e Amarela. Parda foi o termo para classificar os ditos caboclos, mulatos e morenos. Em 1960, o termo indígena foi colocado novamente e retirado no censo seguinte de 1970/1980 e só após muita luta do movimento indígena o termo Indígena volta a ser usado enquanto classificação de cor em 1991 e em 2000 entra o termo Étnico para poder identificar as pessoas dos 225 povos indígenas. “É necessário, aqui, desconstruir a ideia de uma



identidade genérica nacional, questionar as afirmações que expressam uma cultura hegemônica”, (Bichara; Almeida; Souza, 2016. p. 53).

Esse movimento, segundo a Letycia Tupinambá, desde os anos 70/80 é um contraponto aos processos de aculturação impostas aos sujeitos étnicos. O apagamento histórico dessas identidades e o não reconhecimento do Estado aos indígenas, implica em uma invisibilização do genocídio e a violência, pois veja, as terras foram invadidas e esses sujeitos expulsos de seus territórios, logo quando uma violência com cunho racista e genocida, ocorre fora do espaço de aldeamento ou terra demarcada, é negado a esse corpo o direito de sua identidade. (Bichara; Almeida; Souza; 2016, p. 58). Isso é interessante para o Estado, pois um país com bancada ruralista e evangélica dominante no Congresso Nacional, é benéfico não ter essas mortes contabilizadas.

Conclusão

A pesquisa sobre o projeto confirma a hipótese de que as ações e atividades da ADELCO junto com as etnias fortaleceu a luta política dos povos étnicos do Ceará, pois de acordo com os relatos, alguns dos resgates culturais das etnias nordestinas foram fortificados com o projeto além dos quintais culturais, a soberania dos alimentos tradicionais e principalmente a autoestima dos sujeitos étnicos, enquanto

coletivo, para se organizar economicamente e politicamente.

O projeto seguiu de forma exemplar os norteadores teóricos sobre etnodesenvolvimento, tendo como base para sua execução a escuta empática com a comunidade e lideranças, os indígenas não ficaram apenas na formulação das atividades, mas também na execução e atuação das atividades, sendo protagonistas de suas histórias. Isso é expresso nos legados relatados no corpo desse artigo, pois mesmo com o término do projeto, os quintais produtivos, as feiras e o turismo, continuam dando retorno financeiro para as comunidades contempladas.

As narrações e identidades dos povos indígenas que fogem dos padrões estéticos, culturais da construção homogênea do não-indígena, são questionadas atualmente com a entrada de pensadores étnicos nas Universidades. O que podemos constatar é que o indígena não tem o mesmo valor falando sobre si do que o não-indígena quando se refere a sua ancestralidade e ao mecanismo mais utilizado do conhecimento tradicional: a oralidade.

Por vida, justiça, terra, reconhecimento e demarcação, resistimos e existimos.



Bibliografía

ADELCO. (2017). Projeto Etnodesenvolvimento Ceará Indígena. Recuperado em 3 agosto, 2018, de <https://www.youtube.com/watch?v=e7Wb9De-xKY>.

ADELCO (2017). Relatório Anual de 2016: Contribuir para a melhoria das condições socioambientais e fortalecimento político e cultural das comunidades tradicionais em situação de risco. (Relatório de Pesquisa/2016), Fortaleza, CE, 2017. Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido.

ADELCO. (2017). Vivências do projeto de Etnodesenvolvimento. (n.d). Cartilha Ceará Indígena. Recuperado em 1 agosto, 2018, de <http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Ceara-Indigena-Vivencias-do-projeto-Etnodesenvolvimento.compressed.pdf>.

BICHARA, E.; ALMEIDA, L.; SOUZA, Q., (2016). Povo nativo da mãe Terra descolonizando o apagamento histórico dos saberes indígenas: da colonização a constituição de 1988. ISES.

BONFIL BATALLA, G. (1982). *El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización*. In: VV. AA. América Latina: Etnocidio y etnodesarrollo. San José de Costa Rica: FLACSO, pp. 133-134.

CALDAS, A. (2014). *Mortalidade por cor ou raça, com foco nos indígenas: perspectivas comparativas entre o Censo Demográfico de 2010 e Sistemas Nacionais de Informação em Saúde*. Tese de doutorado In Fundação Oswaldo Cruz.

NETO, A. S.; MACIEL, S. B.; (2008). *O ensino jesuítico no período colonial*. Editora: UFPR, n.31.

SENKEVICS, A. (2015). *A cor e a raça nos censos demográficos nacionais*. Recuperado em 4 novembro, 2018 em

<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tg/caboclo/>.

SILVA, E. (2003). *Povos indígenas no nordeste: uma contribuição a reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica*. (22ª ed.). João Pessoa: simpósio de história.

SOUZA, J. (2006). (Org). *A invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Editora: UFMG.

STAVENHAGEN, R. (1984). *Etnodesenvolvimento: Uma dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.

VERDUM, R. (2006). *Etnodesenvolvimento: Nova / Velha utopia do indigenismo*. Universidade de Brasília. pp. 71-94.

Agradecimentos

Agradeço a pai Tupã e aos parentes Raquel Alves Jenipapo-Kanindé, Josueldo de Souza Kanindé e Nilton Kanindé que desde o início do projeto me apoiaram e me ajudaram com todas as informações necessárias sobre o Projeto de Etnodesenvolvimento no Ceará e pela força espiritual emanada para que esse artigo fosse escrito. A Adelle Azevedo que trabalha na ADELCO, e auxiliou disponibilizando todos os relatórios e documentos necessários sobre o projeto. Não menos importante ao professor e amigo, Joelson, que sempre está disposto a tirar todas as dúvidas e dar o apoio necessário para eu continuar na luta.

Aos meus antigos que tanto lutaram e aos do meu sangue que tanto lutam, para

que nossa existência seja possível, em um
país onde os povos étnicos do Kariri e
Tremembés, são colocados como extintos.

Nossa existência resiste e vive!



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



UNCUYO
UNIVERSIDAD
NACIONAL DE CUYO

